

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativa ao exercício social de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários. Cataguases, 19 de março de 2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço Patrimonial

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	5.802	15.609
Aplicação no Mercado Aberto	5.2	36.282	1.818
Concessionárias e permissionárias	6	7.362	5.586
Tributos a recuperar	7	3.656	3.271
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	58.277	58.144
Outros créditos		733	916
Total do circulante		112.112	85.344
Não circulante			
Tributos a recuperar	7	313	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	608.266	616.775
		608.579	616.775
Imobilizado		89	115
Intangível		31	1
Total do não circulante		608.699	616.891
Total do ativo		720.811	702.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		400	402
Encargos de Dívidas	11	8.358	1.890
Impostos e contribuições sociais	12	4.371	5.367
Dividendos	13.7	6.406	-
Instrumentos financeiros derivativos	19	1.071	8.303
Outras contas a pagar		321	1.339
Total do circulante		20.927	17.301
Não circulante			
Fornecedores		91	-
Empréstimos e Financiamentos	11	185.972	192.246
Impostos e contribuições sociais	12	24.490	23.116
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	18.721	19.397
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	354
Outras contas a pagar		475	339
Total do não circulante		229.749	235.452
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	155.576	152.594
Reserva de capital	13.2	330	242
Reserva de lucros		156.131	135.566
Reserva especial de dividendos	13.6	158.098	158.098
		470.135	446.500
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	2.982
Total patrimônio líquido		470.135	449.482
Total do passivo e patrimônio líquido		720.811	702.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Demonstração do Resultado

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2023	2022
		6.833	6.243
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		45.516	101.673
Remuneração dos ativos da concessão		52.349	107.916
Receita operacional líquida	14		
Custo da operação	15	<u>(4.753)</u>	<u>(4.846)</u>
Lucro bruto		47.596	103.070
Despesas gerais e administrativas	15	(2.249)	(4.089)
Outras receitas/despesas		(72)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		45.275	98.981
Receitas financeiras	16	3.207	5.367
Despesas financeiras	16	<u>(16.130)</u>	<u>(21.722)</u>
Despesas financeiras líquidas		(12.923)	(16.355)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		32.352	82.626
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(3.933)	(6.137)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	<u>(1.448)</u>	<u>(3.132)</u>
Lucro líquido do exercício		26.971	73.357
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	17	0,17	0,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		26.971	73.357
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		26.971	73.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Reserva especial de dividendos	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Total
			Reserva Legal	Retenção de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	152.594	180	13.527	118.371	-	131.409	-	10	-	416.091
Programa de remuneração variável (ILP)	13.2	-	62	-	-	-	-	-	-	62
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	73.357	-	-	73.357
Proposta de destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	13.3	-	-	3.668	-	-	(3.668)	-	-	-
Dividendos	13.7	-	-	-	-	-	(43.000)	-	-	(43.000)
Reserva especial de dividendos	13.6	-	-	-	-	26.689	(26.689)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	13.8	-	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	-	-	2.982	2.982
Saldos em 31 de dezembro de 2022	152.594	242	17.195	118.371	-	158.098	-	-	2.982	449.482
Aumento de capital conf. AGOE 28/04/2023	13.1	2.982	-	-	-	-	-	-	(2.982)	-
Programa de remuneração variável (ILP)	13.2	-	88	-	-	-	-	-	-	88
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	26.971	-	-	26.971
Proposta de destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	13.3	-	-	1.348	-	-	(1.348)	-	-	-
Dividendos	13.7	-	-	-	-	-	(6.406)	-	-	(6.406)
Dividendos adicionais propostos	13.7	-	-	-	19.217	-	(19.217)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	155.576	330	18.543	118.371	19.217	158.098	-	-	-	470.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração do fluxo de caixa

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	17	26.971	73.357
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	5.381	9.269
PIS & COFINS diferido		(78)	3.711
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		9.645	10.313
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão		316	-
Remuneração do ativo de contrato	10	(45.516)	(101.673)
Amortização e depreciação	14	28	30
Marcação a Mercado de derivativos	18	(7.605)	(2.043)
Instrumento Financeiros Derivativos	18	10.546	7.740
Pagamento baseado em ações	13.2	88	85
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar		(688)	285
Diminuição de Concessionárias e permissionárias		51.906	48.777
Diminuição de outros créditos a receber		182	1.015
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		59	126
(Diminuição) de impostos e contribuições sociais		(5.601)	(10.685)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(882)	924
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		44.752	41.231
Atividades de investimentos			
(Aumento) diminuição de Aplicação no Mercado Aberto		(31.274)	3.512
Aplicações no imobilizado e intangível	10 e 11	(31)	-
Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia		(76)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(31.381)	3.512
Atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	11	(12.651)	(16.149)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	570
(Pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(10.527)	(6.679)
Pagamento de dividendos		-	(44.791)
Partes relacionadas		-	(67)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(23.178)	(67.116)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(9.807)	(22.373)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5	15.609	37.982
Caixa e equivalentes de caixa finais	5	5.802	15.609
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(9.807)	(22.373)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do valor adicionado - DVA

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	14	55.789	112.913
Receitas referente construção de ativos próprios		(354)	-
Outras receitas		-	-
		55.435	112.913
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, serviços de terceiros	15	5.844	5.721
Outros custos operacionais		616	375
		6.460	6.096
Valor adicionado bruto		48.975	106.817
Retenções			
Depreciação e amortização	15	28	30
Valor adicionado líquido produzido		48.947	106.787
Valor adicionado recebido em transferência		3.207	5.367
Receita financeira	16	3.207	5.367
Valor adicionado a distribuir		52.154	112.154
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		411	1.878
Benefícios		44	224
FGTS		22	149
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		7.730	13.887
Estaduais		6	48
Municipais		-	-
Obrigações Intra-setoriais		833	876
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	16	16.130	21.722
Aluguéis		7	13
Remuneração de capitais próprios			
Reserva legal	13.3	1.348	3.668
Dividendos	13.7	6.406	43.000
Reserva de dividendos	13.7	19.217	26.689
		52.154	112.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Balanço Social

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2023			2022		
Receita líquida (RL)	52.349			107.916		
Resultado operacional (RO)	32.352			82.626		
Folha de pagamento bruta (FPB)	381			2.094		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	26	6,82%	0,05%	94	4,49%	0,09%
Encargos sociais compulsórios	77	20,21%	0,15%	410	19,58%	0,38%
Previdência privada	19	4,99%	0,04%	110	5,25%	0,10%
Saúde	11	2,89%	0,02%	114	5,44%	0,11%
Segurança e saúde no trabalho	6	1,57%	0,01%	4	0,19%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	10	2,62%	0,02%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	38	9,97%	0,07%	26	1,24%	0,02%
Outros	7	1,84%	0,01%	2	0,10%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	194	50,91%	0,37%	760	36,29%	0,70%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	8	0,02%	0,02%	7	0,01%	0,01%
Cultura	4	0,01%	0,01%	1	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	12	0,03%	0,03%	8	0,01%	0,01%
Tributos (excluídos encargos sociais)	13.858	42,84%	26,47%	13.525	16,37%	12,53%
Total - Indicadores sociais externos	13.870	42,87%	26,50%	13.533	16,38%	12,54%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	191	0,59%	0,36%	231	0,28%	0,21%
Total dos investimentos em meio ambiente	191	0,59%	0,36%	231	0,28%	0,21%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	-			-		
Nº de admissões durante o período	-			4		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			-		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	-			-		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023: 112.154			Em 2022: 112.154		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	16% governo 1% colaboradores(as) 12% acionistas 31% terceiros 39% retido			13% governo 2% colaboradores(as) 62% acionistas 19% terceiros 4% retido		
7 - Outras Informações	2023			2022		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-			-		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	-			-		

Nota Explicativa

Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2023** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (“Companhia” ou EPA I), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, companhia integrante do Grupo Energisa, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de junho de 2017 e tem como objeto social explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

A controladora indireta Energisa S/A foi vencedora de um lote do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ocorrido em 24 de abril de 2017, na Bovespa, em São Paulo. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$337.554 e o prazo para a realização das obras foram de 54 meses. O prazo regulatório para entrada em Operação Comercial da Linha no Pará foi estimado para 11 de fevereiro de 2022, entretanto a Administração antecipou a energização da linha de transmissão 230kV Xinguara II - Santana do Araguaia que foi concluída em 02 de novembro de 2020.

Em 11 de agosto de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 43/2017 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 11 de agosto de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado do Pará, compostas pela Subestação Santana do Araguaia, em 230/138 kV, 2 x 150 MVA; pelas Linhas de Transmissão 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, circuito duplo, C1 e C2, com extensão aproximada de 296 km, com origem na Subestação Xinguara II e término na Subestação Santana do Araguaia; módulos gerais, conexões de unidades de transformação, equipamentos de compensação reativa, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 8 - Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato);
- III. Nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- c. **Concessionárias e permissionárias** - refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência;
- d. **Ativo de contrato de concessão** - corresponde ao contrato de concessão nº 43/2017 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber (ativo financeiro).

O valor do ativo de contrato da sua Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6% e 10% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. **Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão.

- f. Imposto de renda e contribuição social** - a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

- g. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

- h. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 6% e 10% ao ano;
 - **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão;
 - **Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL.
- i. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- j. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalentes de caixa

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificado de Depósito Bancário (CDBs) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 100,0% do CDI (98,3% do CDI em 2022).

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	5.271	4.788
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	531	10.305
Compromissadas	-	516
Total de caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	5.802	15.609

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDBs, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 foi 99,6% do CDI (108,1% em 2022).

	2023	2022
Fundo de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	248	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	442	79
Compromissadas	4.925	22
Fundo de Renda Fixa	21.816	1.438
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	1.899	118
Letra Financeira (LF)	5.901	161
Nota de Crédito (NC)	77	-
Letra Financeira (LFS)	22	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	933	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	19	-
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	36.282	1.818

⁽¹⁾ Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, compromissadas, fundo de Renda Fixa, LFT, LF, NC, LFS, NTNB e NTNF foram remuneradas a 103,5% (108,1% em 2022) do CDI Fundo BTG Zona da Mata em 2023 e 85,1% do CDI Fundo MAG Zona da Mata.

6 Concessionárias e Permissionárias

	2023	2022
Concessionárias e permissionárias	6.473	5.510
Concessionárias e permissionárias - partes relacionadas	889	76
Total - circulante	7.362	5.586

7 Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.637	2.947
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	78	69
Outros	254	255
Total	3.969	3.271
Total - circulante	3.656	3.271
Total - Não circulante	313	-

8 Impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

	2023	2022
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	13.766	14.263
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	4.955	5.134
Total	18.721	19.397
Total - Passivo não circulante	(18.721)	(19.397)

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são como segue:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(55.063)	(18.721)	(57.049)	(19.397)
Total - Ativo (Passivo) não circulante	(55.063)	(18.721)	(57.049)	(19.397)

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de operações com transmissão de energia	7.126	7.192	8.762	8.817
Receitas operacional bruta	45.305	45.305	101.673	101.673
Alíquotas de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre a receita bruta	4.194	6.300	8.835	13.259
Receitas da prestação de serviços	2.910	2.939	2.406	2.422
Alíquotas de presunção	32%	12%	32%	12%
Lucro presumido sobre a prestação de serviços	931	353	770	291
Receitas financeiras	10.121	10.203	16.589	16.676
Total das Receitas sem presunção	10.121	10.203	16.589	16.676
Base de cálculo total	15.247	16.855	26.194	30.225
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.812)	(1.517)	(6.549)	(2.720)
Outros	-	(52)	-	-
Total	(3.812)	(1.569)	(6.549)	(2.720)

9 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia I S/A;	EAM I	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A;	EPT	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A; e	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A.	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

A Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), é controlada pela Energisa S.A que, por meio das participações nas sociedades, Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Rede Energia Participações S/A, Energisa Soluções S/A (ESOL), Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESSE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERRO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Holding
· Energisa Biogás S/A.;	EBG	Holding
· Energisa Distribuição de Gás S/A; e	EDG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A.	EPN	Holding
Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A.	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GAS	Distribuição de gás natural
Controlada direta da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados	Serviços Prestados ⁽⁴⁾	Compartilhamento ⁽⁶⁾	Saldo a pagar	Saldo a Receber (Clientes)	Despesas com partes relacionadas ⁽²⁾	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
ESOL ⁽³⁾	(3.548)	-	-	(251)	-	-	-
ESA ⁽⁵⁾	(499)	-	(140)	(98)	-	-	-
ETE	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	211	(5)	(1)	-	-	-
ETO	-	1.953	(4)	-	118	-	-
EMT	-	9.449	(22)	(2)	771	-	-
ESE	-	120	(4)	-	-	-	-
EMS	-	302	(35)	(4)	-	-	-
EPB	-	248	(127)	(18)	-	-	-
EMR	-	36	(102)	(14)	-	-	-
EAC	-	25	(4)	(1)	-	-	-
ERO	-	125	(9)	(2)	-	-	-
ECOM	-	-	(8)	(1)	-	-	-
2023	(4.047)	12.469	(460)	(392)	889	-	-
2022	(3.969)	13.454	(539)	(484)	76	(296)	(2.982)

- (1) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.
- (2) Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 1,0324% a.a. (+ 1,0783% a.a em 2022).
- (3) **Energisa Soluções S/A:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.
- (4) Os serviços prestados referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.
- (5) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.
- Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$209, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) serviços de infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e contingência; (ii) serviços de segurança cibernética e compliance; (iii) licenciamento e manutenção de sistemas comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) serviço de implantação de sistemas e prestação de serviços de suporte em sistemas comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) licenciamento e manutenção sistemas ERP; (vi) serviço de implantação de sistemas e (vii) prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.
- (6) **Contrato de compartilhamento** - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não realizou o pagamento de remuneração aos administradores.

	2023	2022
Remuneração dos membros do conselho da Diretoria	-	417
Outros Benefícios ^(a)	37	314

^(a) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

Em dezembro de 2022 a maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes relativas ao mês de dezembro foram de 25, respectivamente.

Programa de Remuneração Variável (ILP)

Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 4º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2025 (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026.

O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Performance Shares é associado as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Restricted Shares (Matching) é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	3º programa ILP ⁽¹⁾	4º programa ILP	5º programa ILP	6º programa ILP Restricted Shares	6º programa ILP Performance Shares
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	1.499	2.225	3.563		
Data aprovação do Conselho de Administração	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023
Data início vesting	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023
Prazo de carência	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco	5,260%	7,880%	12,550%	N/A	N/A
Volatilidade ⁽²⁾	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$ 43,69	R\$ 37,19	R\$ 37,90	R\$ 48,40	R\$ 48,40
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Em 01 de junho de 2023, foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento de todos os índices requeridos.

⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Em 2023, foram contabilizados R\$88 (R\$23 em 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 2023 R\$330 (R\$242 em 2022).

10 Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das companhias de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas Companhias através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício de 2023 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	Descrição
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia
Margem de construção	25,98%
Margem de operação e manutenção	11,02%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	6% a 10%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	318.137
RAP anual	65.127

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Ativo de Contrato de Concessão	2023	2022
Saldos iniciais	674.919	623.997
Receita de remuneração do ativo de contrato	45.516	101.673
Receita de operação e manutenção	6.648	6.145
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(316)	-
Receita de construção da infraestrutura	106	-
Recebimento RAP ⁽¹⁾	(60.330)	(56.896)
Saldos finais	666.543	674.919
Circulante	58.277	58.144
Não Circulante	608.266	616.775

⁽¹⁾ A resolução homologatória da ANEEL nº 3.216 de 4 de julho de 2023 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2023-2024, reajustando a RAP pelo IPCA em 3,93%.

11 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação do empréstimo e financiamento está demonstrada a seguir:

	2022	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	2023
Mensuradas ao custo				
Moeda Nacional				
BASA - CCB 048-19/0002-0	195.241	(12.651)	12.739	195.329
Gastos com captação	(1.105)	-	106	(999)
Total do custo	194.136	(12.651)	12.845	194.330
Circulante	1.890			8.358
Não circulante	192.246			185.972

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros a.a	Encargos Swap Ponta Passiva a.a	Vencimento	Periodicidade Amortização a.am.	Taxa efetiva de juros ⁽²⁾	Taxa efetiva de swap ⁽⁴⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽³⁾
	2023	2022								
BASA - CCB 048-19/0002-0	195.329	195.241	IPCA + 1,89%	CDI - 0,44%	abr/40	A partir de mai/24	6,51%	12,71%	A + R + S	NA
Custo de captação	(999)	(1.105)								
Total em Moeda Nacional	194.330	194.136								

⁽¹⁾ A = Aval Energisa S.A., R=Recebíveis, S=Seguro

⁽²⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2023. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

⁽³⁾ Covenants

Em julho de 2019, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco da Amazônia o qual possui apuração e índice financeiro respeitando o seguinte limite de covenants:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente até a data do vencimento do contrato.

O descumprimento desse índice pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Em 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

(4) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023.

O empréstimo e financiamento classificado no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	12.129
2026	12.129
2027	12.129
2028	12.129
Após 2028	137.456
Total	185.972

12 Impostos e Contribuições Sociais

	2023	2022
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.044	1.160
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.315	1.693
Contribuições ao PIS e a COFINS ⁽¹⁾	24.680	24.803
Encargos Sociais	714	682
Imposto de renda retido na fonte	2	45
Imposto sobre serviços - ISS	41	34
Tributos retidos na Fonte (PIS/COFINS/CSLL)	65	66
Total	28.861	28.483
Circulante	4.371	5.367
Não circulante	24.490	23.116

(1) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo de contrato constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

13 Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social

O capital social é de R\$155.576 (R\$152.594 em 2022), representando 155.575.783 (152.593.714 em 2022) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$2.982, mediante a emissão de 2.982.068 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00, passando o capital de R\$152.594 para R\$155.576.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Energisa Transmissão de Energia S.A., mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2022, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

13.2 Reserva de Capital

Em 2023 inclui o montante de R\$330 (R\$242 em 2022) referente ao Programa Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), nota explicativa nº 9.

13.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

13.4 Reserva de Lucros - reserva de retenção de Lucros

O montante de reserva de retenção de lucros no exercício de 2023 é de R\$118.371 (R\$118.371 em 2022).

13.5 Limite da Reserva de Lucros

No exercício de 2023 as reservas de lucros montam R\$136.914 (R\$135.566 em 2022), não sendo superiores ao capital social de R\$155.576 (R\$152.594 em 2022).

13.6 Reserva Especial de dividendos

No exercício de 2023 inclui o montante de R\$158.098 (R\$158.098 em 2022) para reserva especial de dividendos de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

13.7 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	26.971	73.357
Reserva legal - 5%	(1.348)	(3.668)
Lucro líquido ajustado	25.623	69.689
Dividendos obrigatórios (25%)	6.406	17.422
Dividendos a pagar - R\$0,04117433598 por ação ordinária	6.406	-
Valores pagos em 23 de dezembro de 2022 correspondem a R\$0,281794046 por ação ordinária	-	43.000
Dividendos adicionais propostos - R\$0,12352300788 por ação ordinária ⁽¹⁾	19.217	-
Total dos dividendos	25.623	43.000
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	62%

⁽¹⁾ Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

14 Receita operacional

Descrição	2023	2022
Receita de construção da infraestrutura	106	-
(Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(316)	-
Receita de operação e manutenção	6.648	6.145
Receita de remuneração do ativo de contrato	45.516	101.673
Outras receitas	3.481	5.095
Total de receita operacional bruta	55.435	112.913
Deduções da receita operacional		
Pis corrente	(415)	(73)
Pis diferido	14	(661)
COFINS corrente	(1.916)	(337)
COFINS diferido	64	(3.050)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(605)	(589)
Taxa de fiscalização	(228)	(287)
Dedução da receita	(3.086)	(4.997)
Receita operacional líquida	52.349	107.916

15 Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	Custo do serviço		Despesas operacionais	Total	
	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	2023	2022
Pessoal	8	-	458	466	2.553
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	88	88	85
Benefícios pós-emprego	-	-	19	19	110
Material	7	-	17	24	108
Serviços de terceiros	4.639	-	1.181	5.820	5.614
Depreciação e amortização	-	-	28	28	30
Custo de construção	-	(120)	-	(120)	-
Outras	204	15	458	677	435
	4.858	(105)	2.249	7.002	8.935

16 Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receita de aplicação financeira	3.190	5.330
Juros Selic s/impostos a recuperar	10	27
Outras receitas	7	10
Total das receitas financeiras	3.207	5.367
Encargos de dívidas - Juros	(12.845)	(15.386)
Marcação a mercado derivativos	7.605	2.043
Instrumentos financeiros derivativos	(10.546)	(7.740)
Atualização de mútuos	-	(296)
Juros e multa	(15)	-
Despesas Bancárias/IOF	(279)	(316)
Outras despesas	(50)	(27)
Total despesas financeiras	(16.130)	(21.722)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(12.923)	(16.355)

17 Lucro por ação básico e diluído

	2023	2022
Lucro líquido do exercício:	26.971	73.357
Média ponderada das ações	154.830	152.594
Lucro líquido básico por ação - R\$ ⁽¹⁾	0,17	0,48

(¹) A Companhia não possui instrumento diluidor.

18 Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

Descrição	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2023	2022
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	30/01/2026	4.507	-	10
Auto - Frota	23/10/2024	Até 1.110/veículo	5	4
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	21	8
Risco Operacional	13/03/2024	80.000	248	248
			274	270

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		5.802	5.802	15.609	15.609
Concessionárias e permissionárias		7.362	7.362	5.586	5.586
		13.164	13.164	21.195	21.195
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	36.282	36.282	1.818	1.818
		36.282	36.282	1.818	1.818

	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Passivo					
Custo amortizado:					
Fornecedores		491	491	402	402
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		194.330	194.330	194.136	194.136
		194.821	194.821	194.538	194.538
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.071	1.071	8.657	8.657
		1.071	1.071	8.657	8.657

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2023, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da controladora indireta Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia, através da controladora, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do câmbio além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	2023	2022
Dívida (a)	194.330	194.136
Caixa e equivalentes de caixa	(5.802)	(15.609)
Dívida líquida	188.528	178.527
Patrimônio líquido	470.135	449.482
Índice de endividamento líquido	0,40	0,40

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		400	-	-	-	91	491
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas	11,44%	8.816	10.795	44.445	41.158	184.045	289.259
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.071	-	-	-	-	1.071
Total		10.287	10.795	44.445	41.158	184.136	290.821

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	5.802	15.609
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	36.282	1.818
Concessionárias e Permissionárias	6	7.362	5.586
Ativo de contrato da concessão	10	666.543	674.919

Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 11, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (BASA - Banco da Amazônia S/A) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia não possui dívida em moeda estrangeira.

Em 2023, a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2023	2022
Passivo circulante	1.071	8.303
Passivo não circulante	-	354

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú x EPA I	196.058	IPCA + 1,88%	CDI - 0,44%	27/03/2024	Não Designada

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros e taxa pré-fixada dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida (Objeto de Hedge)	196.058	196.058	Taxa Pré-Fixada	-	-
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	195.151	187.690
Swap de Juros			Posição Passiva		
(Instrumento de Hedge)	196.058	196.058	Taxa de Juros CDI	(196.222)	(196.346)
			Posição Líquida Swap	(1.071)	(8.656)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.071)	(8.656)

O valor justo dos derivativos em 2023 e 2022 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 11 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - IPCA	(196.058)		(196.058)	(196.058)	(196.058)
Variação Dívida					
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	195.151		195.151	195.151	195.151
Variação - Taxa de Juros		Alta CDI		-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(196.222)		(196.222)	(197.384)	(198.521)
Variação - CDI + TJLP				(1.162)	(2.299)
Subtotal	(1.071)		(1.071)	(2.233)	(3.370)
Total Líquido	(197.129)		(197.129)	(198.291)	(199.428)

(¹) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada, isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (¹)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	36.282	Alta CDI	3.265	4.081	4.898
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(195.329)	Alta IPCA	(9.024)	(11.280)	(13.536)
Subtotal	(195.329)		(9.024)	(11.280)	(13.536)
Total - (Perdas)	(159.047)		(5.759)	(7.199)	(8.638)

(¹) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de dezembro de 2023 e IPCA 4,62% ao ano.

20 Meio ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão das controladas são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável de cada região.

Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna - Tem o objetivo principal monitorar as espécies da fauna terrestre, e assim, avaliar a influência dos impactos possivelmente gerados pela implantação do empreendimento, fornecendo subsídios para proposição de medidas mitigadoras e de manejo, a médio e longo prazo, caso seja necessário.

2. Monitoramento e manejo da flora - A flora é contemplada em programas de monitoramento e manejo, tais como resgate de germoplasma (sementes), cujo objetivo é a proposição de medidas eficazes de conservação dos recursos biológicos e genéticos vegetais na área diretamente afetada pelo empreendimento, visando mitigar e compensar o impacto relacionado à perda de cobertura vegetal nativa; e programa de reposição florestal, cujo objetivo é realizar a compensação ambiental pela vegetação suprimida em decorrência da implantação do empreendimento, monitorando o sucesso das brotas, como forma de aferir a efetividade das ações implementadas, corrigindo-as sempre que necessário.

3. Controle e Monitoramento de Ruídos - o objetivo deste programa é monitorar o nível de ruído ambiente nas áreas vizinhas ao empreendimento, tornando possível aferir a relevância do impacto acústico nos receptores próximos e propor medidas preventivas e de controle sobre as fontes de perturbação sonora. Uma das metas desse programa é a manutenção dos níveis de ruído ambiente nas imediações da operação que garantam a manutenção da qualidade acústica recomendada pela norma ABNT NBR 10151:2000 para o ambiente de inserção do empreendimento.

4. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos - programa visa estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento de processos erosivos que possam ocorrer durante a instalação e operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

5. Gestão de Resíduos Sólidos - programas elaborados no âmbito do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, cujo objetivos são reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos

sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

6. Comunicação Social - programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. As licenças expedidas para as controladas são como segue:

Licenças expedidas pela Companhia e suas investidas				
Empresa	Órgão licenciador	Licenças Operação (LO), Instalação (LI) ou prévia (LP)	Data Emissão	Vencimento
EPA I	SEMAS/PA	LO 12417/2020	29/09/2020	28/09/2025

(*) As informações estão fora do escopo dos auditores independentes.

No exercício findo em 2023, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$191 (R\$232 em 2022).

(*) As Informações estão fora do escopo dos auditores independentes.

21 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2023	2022
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato	45.516	50.922
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da transmissão	(316)	-
Fornecedores a prazo	30	-
Atividades de investimentos		
Aplicações em linhas de transmissão de energia	(30)	-
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	2.982	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	2.412

---*---

DIRETORIA

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando César Maia
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/O-0
CPF n° 091.305.627-8